

# OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PATRIMÔNIO IMATERIAL

## THE CHALLENGES FACED BY IMMATERIAL HERITAGE

Lucas Cândido de Oliveira **1**

**Resumo:** Este texto apresenta uma análise, fruto de uma pesquisa de campo, a respeito dos desafios enfrentados pelos bens culturais imateriais protegidos ou não, que se reinventam a cada apresentação cultural, em diversos espaços territoriais brasileiros. Para facilitar a compreensão da problemática, duas situações serão analisadas, ou seja, duas Festas Populares de um município do interior de Minas Gerais – São Sebastião do Paraíso – sendo uma protegida pela ferramenta jurídica Registro desde 2010, Festa da Congada e Moçambique, e a outra que ainda não tem proteção jurídica, Festa de Santos Reis. A problemática estará relacionada ao impacto cultural que a proteção ocasiona nos bens culturais e os casos em que o bem não é protegido, mas luta para permanecer vivo.

**Palavras-chave:** Patrimônio imaterial. Registro. Desafios. Continuidade.

**Abstract:** This text presents an analysis, the result of field research, regarding the challenges faced by immaterial cultural assets protected or not, which are reinvented at each cultural presentation, in different Brazilian territorial spaces. To facilitate the understanding of the problem, two situations will be analyzed, that is, two Popular Parties in a municipality in the interior of Minas Gerais - São Sebastião do Paraíso - one being protected by the legal tool Registro since 2010, Festa da Congada and Moçambique, and another that still does not have legal protection, Festa de Santos Reis. The problem will be related to the cultural impact that protection has on cultural goods and the cases in which the good is not protected, but struggles to stay alive.

**Keywords:** Intangible heritage. Record. Challenges. Continuity.

## Introdução

A Constituição Federal do Brasil, de 1988, incluiu os bens de natureza imaterial como passíveis de proteção jurídica, através da ferramenta denominada Registro. Vale ressaltar que, para chegar até a Carta Magna ocorreu um longo processo de estudos, debates e lutas defendidas por aqueles que viam nas manifestações culturais a presença da diversidade cultural brasileira, valorizando cada sujeito histórico com suas formas de expressão, modos de fazer, festas e celebrações. O termo “Patrimônio” obteve novo significado a partir de 1988, pois substituiu a nomenclatura de Patrimônio Histórico e Artístico (utilizada em todas as instâncias nacionais e internacionais) por Patrimônio Cultural, com a intenção de ampliar o campo de análise, inserindo os bens imateriais. A partir daí foram organizados diversos encontros com o propósito de formular leis para salvaguardar essa modalidade patrimonial, sendo seu estudo ainda recente na historiografia brasileira. Até então, as constituições federais traziam somente os bens materiais como categoria de Patrimônio Cultural. Entende-se por Material todos os bens físicos classificados em: móveis (obras de arte, objetos, documentos em suas diversas formas, ferramentas, dentre outros) ou imóveis (edificações, conjuntos urbanos, paisagísticos, artístico, arqueológico, paleontológico, dentre outros).

O primeiro ato jurídico de preservação do Patrimônio Histórico foi instituído pelo Decreto Lei nº25 de 1937, ainda em vigor, estabelecendo o Tombamento como mecanismo de preservação do Patrimônio Material móvel e imóvel. Para ser tombado, o bem material deveria apresentar requisitos que fossem de interesse público, contemplando principalmente os bens imóveis monumentais com evidente valor estético e artístico, conhecidos como “pedra e cal”, ou seja, representantes da elite brasileira. Após o reconhecimento histórico e artístico, o bem seria inscrito em um livro denominado Livro do Tombo, sendo especificados no artigo 4 do referido Decreto, ou seja, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas. O artigo 17 do Decreto-Lei nº 25 estabelece as diretrizes que deverão ser seguidas para proteger os bens tombados:

As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado (BRASIL, 1937).

Verifica-se, através deste fragmento, que o Tombamento é uma ferramenta eficiente para a proteção do Patrimônio Material, impedindo a sua descaracterização. Apesar da jurisdição sobre a penalidade às pessoas que infringirem os bens tombados, essa legislação dificilmente é colocada em prática por ser abstrato o valor concedido (incalculável), pois nem sempre o que prevalece é o valor material, mas sim o valor agregado ao bem pela comunidade detentora.

Vale ressaltar que, “Tombamento” difere de “Registro”, sendo este utilizado exclusivamente como ferramenta jurídica para proteger os bens de natureza imaterial. Além do “Registro”, outra proteção jurídica aos patrimônios imateriais é o “Inventário”. A diferença entre o Registro e o Inventário é que aquele possui um Dossiê de Registro, isto é, uma junção de diversos documentos administrativos e técnicos que compõe a trajetória cultural do bem. Já o inventário é uma ferramenta protetiva que identifica os bens em determinado território geográfico, compilando informações e documentos que os caracteriza como Patrimônio Cultural. Enquanto o Tombamento segue as diretrizes práticas e técnicas para a sua proteção e preservação, o Registro enfrenta alguns desafios, por ser tratar de um patrimônio vivo em constante transformação.

A proteção do Patrimônio Cultural no Brasil está a cargo do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) com apoio dos Conselhos Municipais específicos, entretanto, o Estado de Minas Gerais possui outro órgão de preservação denominado IEPHA-MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), com diretrizes particulares,

criado desde 1971. Portanto, em Minas Gerais, um bem cultural pode ser protegido em três instâncias governamentais, ou seja, municipalmente, estadualmente e nacionalmente, através da chancela dos respectivos Conselhos responsáveis.

No caso dos patrimônios culturais imateriais registrados, o IPHAN propõe a elaboração de um plano de salvaguarda, que consiste em diversas ações nas quais o poder público e civil deve atuar para garantir a continuidade do bem por um período estabelecido, viabilizando a sua atuação. Através da pesquisa sistemática e do levantamento dos principais problemas durante o processo de registro, o plano é formulado para ser seguido durante um período determinado e todas as propostas (metas) serem cumpridas. Cada plano é estabelecido respeitando a realidade da execução do bem cultural, ou seja, para cada patrimônio deve ser constituído um plano diferente, pois se trata de uma compilação de sugestões propostas pelos detentores do saber, comunidade em geral e profissionais da área de proteção (historiador, arquiteto, antropólogo, dentre outros). Enfim, ele deve ser enxergado como um suporte aos responsáveis pela efetivação, garantindo a continuidade da manifestação cultural.

No município de São Sebastião do Paraíso<sup>1</sup>, situado no sudoeste do Estado de Minas Gerais, existem diferentes manifestações que representam a cultura dos sujeitos históricos. Dentre elas será analisado o único bem cultural registrado na esfera municipal que é a Festa da Congada e Moçambique, protegida desde 2010, abrangendo o espaço urbano e diversos grupos sociais, com destaque aos negros, e a Festa de Santos Reis, que envolve principalmente o homem do campo, e não recebeu nenhuma proteção jurídica, até então. As duas Festas em questão podem ser identificadas como Patrimônio Cultural local, por representar a identidade, memória, história da população, apresentando algumas aproximações e distanciamentos.

A problemática, deste texto, consiste no levantamento dos desafios enfrentados pelos Patrimônios Culturais Imateriais, protegidos ou não, que lutam diariamente para perseverarem ao longo dos anos, mesmo considerando a constante transformação natural que sofrem a cada apresentação, isto é, os bens imateriais sofrem influências externas quando são reconhecidos legalmente como Patrimônio, interferindo e distanciando os costumes tradicionais, haja vista que devem se adaptar ao novo título recebido, por outro lado os bens que não são reconhecidos legalmente também enfrentam desafios para permanecerem vivos, no entanto conseguem manter os seus costumes e tradição hereditária.

## **A festa da Congada e Moçambique e seus percalços**

O primeiro Patrimônio Cultural a ser discutido se refere à Festa da Congada e Moçambique, maior festa popular do setor urbano de São Sebastião do Paraíso, Registrada pelo Decreto Municipal nº 3873 de 29 de outubro de 2010, representante dos legados africanos para a cultura paraisense, juntamente com a culinária, dança, música, ritmos, termos, costumes e crenças. É considerada referência cultural no município, pois quando se questiona algum paraisense<sup>2</sup> sobre a cultura local, se lembra desse festejo. Envolve a cada recriação em média de 10 mil pessoas, entre prestadores de serviços, integrantes dos ternos<sup>3</sup>, turistas e prestigiadores, movimentando a economia da cidade e perseverando a identidade cultural.

A Festa acontece durante cinco dias no término do ano, ou seja, entre os dias 26 e 30 de dezembro, apresentando um sincretismo religioso, embora seja considerada pela maioria dos integrantes como evento católico. É composta por dois tipos de apresentação, de acordo

---

1 De acordo com o IBGE (2019) este município possui uma área física de 814,925 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 70956 habitantes.

2 Gentílico de São Sebastião do Paraíso.

3 Termo utilizado para designar um grupo de pessoas que saem às ruas vestidos com roupas semelhantes (uniformes) portando um instrumento musical, dançando, cantando e expondo sua fé. São organizados juridicamente possuindo CNPJ, diretoria, estatuto, conta bancária, sede. Cada terno pertence a um bairro da cidade, envolvendo assim a comunidade local. Não necessariamente, os participantes dos ternos correspondem somente ao bairro onde a sede está localizada, pois podem vir pessoas de outros lugares, inclusive outras cidades e estados. Alguns possuem sedes próprias (salão) utilizadas para ensaios, almoços, bingos beneficentes, velórios dos congadeiros mais experientes, festas em geral. As sedes também são emprestadas para os moradores do bairro realizar suas confraternizações. Não existe um número limite de integrantes para cada terno e também um número de grupos. A exigência, de acordo com os costumes, é de pelo um grupo de cada, ou seja, um de Moçambique e um de Congo.

com a sua própria nomenclatura, seguindo um ritual específico de desfile, isto é, cada grupo se apresenta na sequência do outro, no mesmo espaço (rua). Primeiramente deve se apresentar os ternos de Moçambique, que consiste em grupos com média de 40 integrantes com coreografia peculiar, instrumentos musicais, vestimenta e melodia. Os grupos de Moçambique são responsáveis por conduzir os andores dos santos padroeiros nas procissões e são os primeiros a fazer sua saudação/reverência. Na Festa de 2019 participaram cinco ternos de Moçambique: Santos Dumont, Nossa Senhora do Rosário, Diamante, Zambiê de Angola e Santa Isabel. Após a apresentação destes inicia-se a dos ternos de Congo, que consiste em grupos com número maior de integrantes em torno de 200<sup>4</sup>. Em 2019 participaram onze ternos de Congo sendo eles: Ipiranga, Chambá, Bela Vista, União, Sabiá, As filhas de Paraíso, Os Anjos de São Benedito, Novo Milênio, Os Veteranos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Canários Paraisenses, Nova Geração. Este último foi criado em 2018 sendo composto apenas com integrantes mirins, com o intuito de formar novos dançantes para que o festejo tenha continuidade.

Para identificar um terno entre Moçambique e Congo, em São Sebastião do Paraíso, deve ser analisado a vestimenta, adereços e instrumentos musicais, pois todos os integrantes dos ternos de Moçambique utilizam saias, bonés, chocalho e conga, enquanto os de Congo usam calça, chapéu com fitas de cetim longas, viola, violão, sanfona, tamborim, caixa enfeitada com fitas de papel crepom e duas faixas de tecido que amarram na cintura com as cores do terno. Esses são os diferenciais, sem contar a dança conhecida como bailado, ritmo e melodia. Os pontos semelhantes são: bandeira do santo padroeiro, organização em duas ou três filas indianas e pandeiro. As vestimentas são camisa, geralmente confeccionados com tecido de cetim e calça jeans (branca ou preta). Apesar dos uniformes mudarem a cor e tecido, as faixas sempre permanecem da mesma cor, identificando o terno, ou seja, quando os congadeiros estão misturados na rua, identifica-se o terno pela cor das faixas. São conduzidos por um capitão que entoa os versos improvisados com mais 05 ou 07 integrantes que cantam. O capitão traz consigo um bastão com cerca de um metro de comprimento, ornamentado com fitas de cetim e com uma cruz na parte superior.

A partir dos anos de 1990 houve a aderência das mulheres aos ternos de Congo e Moçambique, aumentando assim o número de integrantes. Apenas um terno de congo “União” não permitia a presença de mulheres entre seus dançantes até 2018, mas no ano seguinte elas tiveram permissão para dançar dois dias, exemplo claro da dinâmica do patrimônio imaterial, que não é estático. A justificativa do presidente do terno era manter da mesma forma que seu pai (falecido) o entregou, dando continuidade ao costume, no entanto os tempos mudaram e ele não conseguiu segurar, tendo em vista a pressão que estava sofrendo dos seus próprios integrantes. As mulheres participam também da organização do desfile, preparação dos jantares, vestimentas e algumas acompanham os filhos durante as apresentações noturnas, ou seja, não há uma divisão de tarefas e nem de gênero.

O evento tem início no dia 08 de dezembro de cada ano, dia de Imaculada Conceição, com a celebração da Missa das Bandeiras em louvor aos santos padroeiros da Congada, no interior da Igreja Matriz de São Sebastião, com a presença dos Reis, Rainhas e Princesas, dos Ternos de Congo e de Moçambique comandados por seus respectivos capitães. Conta ainda com os membros da Comissão Organizadora e das pessoas que prestigiam o evento.

Os santos padroeiros recebem as homenagens na Festa em dias específicos, ou seja, dia 26: Nossa Senhora do Rosário; dia 27: São Benedito; dia 28: Santa Efigênia e São Sebastião; dia 29: São Domingos e Santa Isabel; dia 30: Santa Catarina e São Jerônimo. Os dias dedicados aos santos padroeiros correspondem aos dias de festejos, não sendo os oficiais determinados pela Igreja Católica. A escolha dos santos padroeiros é responsabilidade da “corte real” juntamente com alguns capitães mais experientes. Em cada região são escolhidos santos padroeiros diferentes, mas costuma-se repetir São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia.

Todos os anos, no dia 26 de dezembro acontece a procissão das imagens dos santos de devoção saindo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dirigindo, em procissão, até a Igreja Matriz de São Sebastião. A festa é dividida em dois momentos: a parte religiosa concentra-se du-

<sup>4</sup> Em 2019, o maior terno de Congo foi o Ipiranga, que se apresentou com 400 integrantes no dia 30 de dezembro, de acordo com dados da Comissão Organizadora da Festa.

rante o período vespertino envolvendo os devotos e todos os ternos de Congo e Moçambique, que seguem uma escala de apresentação. A participação dos ternos, em geral, acontece durante os cinco dias de festa, por cada dia ser dedicado a um santo padroeiro, da mesma forma ocorre com o período noturno. Todas as noites, os desfiles são iniciados após a celebração da missa na Igreja Matriz de São Sebastião, com a apresentação dos ternos de Moçambique e, em seguida, dos ternos de Congo, de acordo com a escala de ordem de desfile pré-estabelecida. O desfile inicia-se com a entrada do andor contendo a imagem do santo padroeiro reverenciado naquela noite, conduzido pelos integrantes denominados congadeiros e moçambiqueiros, juntamente com os membros da Comissão Organizadora da Festa e do séquito real, sendo o andor disposto em local bem visível ao público.

No final do desfile de cada noite, o andor com a imagem do santo padroeiro é conduzido por quatro elementos do último terno que desfilar até a Igreja Matriz de São Sebastião, onde é depositado. A festa termina com a cerimônia de descida das bandeiras, no dia 31 de dezembro. Segundo SOUZA (2002):

A congada pode ser vista como uma forma particular de conceber e transmitir a história, permeada de ritos religiosos e mitos que fundamentam crenças e comportamentos, pois a história pode ser guardada e transmitida de modos diferentes característicos de sociedades diversas, que constroem a memória à sua maneira própria. A aceitação da Igreja e da sociedade como um todo, guardadas uma série de restrições que variavam conforme as circunstâncias do lugar e do momento, favoreceu a existência dos reinados negros e das congadas (p. 315).

Apesar da Festa da Congada ser de origem africana, atualmente, a presença de grupos negros não é a maioria, se analisarmos quantitativamente, a própria “corte real” (reis, rainhas e princesas) compreende 06 pessoas, destas, três são brancas e três são negras. Para compor o séquito real os congadeiros e moçambiqueiros elegem a pessoa que mais tem identidade com a Festa, não sendo a cor da pele o critério principal. Isso também não quer dizer que a presença dos grupos negros diminuiu, mas sim que aumentou a diversidade cultural, conforme fotografias abaixo. A identidade da festa e o sincretismo religioso permanecem, pois é considerada negra; além de ser o único festejo que consegue unir o maior número de grupos negros no município.

Por ser um Patrimônio Cultural protegido, existe um plano de salvaguarda que incentiva a continuidade da Festa, traçando ações que contribuem para a sua manutenção e desenvolvimento. O plano foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo IEPHA-MG, podendo ser atualizado ou reformulado de tempo em tempo, passando sempre pela análise e deferimento do Conselho Municipal. Em consulta ao documento foram encontradas diversas ações, tais como: oficinas que ensinam a tocar os instrumentos musicais; apoio com transporte para participar de eventos em outros municípios e apoio financeiro para execução dos festejos. Estes apoios são custeados com recursos públicos recebidos pela Prefeitura através do rateio do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação)<sup>5</sup>. A proposta do ICMS-Patrimônio Cultural é descentralizar a política de proteção aos bens culturais, aproximando-a do seu lugar de origem, desenvolvendo um olhar preservacionista e cultural nos municípios mineiros, respeitando as diversas realidades onde o bem está localizado.

Através da divulgação do Plano de Salvaguarda para a população, ato de transparência, os integrantes da Festa têm a consciência de que receberão recursos públicos, ocasionando

5 A Constituição de 1988, através do artigo 158, estabelece que 25% da arrecadação do serão destinados ao município e um quarto deste valor poderá ser redistribuído de acordo como que dispuser lei estadual, isto é, cada estado brasileiro definirá onde aplicar um quarto dos recursos arrecadados. No estado de Minas Gerais, a lei nº 18030, de 12 de Janeiro de 2009, que dispõe sobre a “distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios de Minas Gerais” regulamentou a destinação dos recursos através de diversos critérios, dentre eles o critério VII- Patrimônio Cultural.

em comportamentos de que os tornam dependentes deste, além do jogo de interesses que influencia nas atitudes. De acordo com os relatos dos sujeitos históricos experientes, a Festa era formada com a ajuda dos familiares e moradores do bairro que se uniam voluntariamente para ver a Festa acontecer e não mediam esforços para isso, porém atualmente se recusam em ajudar porque o presidente recebe recursos para investir nos festejos.

Na Festa de 2019, foi repassado o montante de duzentos e vinte mil reais através de Termo de Fomento, ficando a cargo da Comissão Organizadora a infraestrutura<sup>6</sup> necessária para a realização do evento; a documentação para liberação do Alvará Judicial e Laudo do Corpo de Bombeiros; além do repasse aos presidentes dos ternos para custear gastos com vestimenta, instrumentos, alimentação, etc.. A partir desses dados nota-se uma organização dentro dos padrões jurídicos e legislativos vigentes, por envolver diretamente os órgãos públicos. No entanto, a questão econômica influencia diretamente no comportamento dos dirigentes e alguns integrantes dos ternos que realizam uma “prestação de serviços” ao invés da participação voluntária em benefício dos festejos. As ações capitalistas transformam aquilo que seria apenas uma manifestação cultural em mercado, ou seja, a partir do momento que entrou dinheiro público outros interesses entraram em conjunto, ficando os ternos dependentes do repasse de verba pela Prefeitura. Nota-se que caso a Prefeitura não repasse os recursos financeiros, a Festa entrará em colapso sendo reduzida ao mínimo ou até mesmo dizimada, pois os presidentes acabariam desanimando com o passar do tempo, tendo em vista a dificuldade e o alto custo em manter um terno ativo.

A Festa da Congada e Moçambique, dos últimos anos, tem sido profissionalizada, com uniformes confeccionados em empresas; instrumentos novos; cantores profissionais; coreografia e ritmo no compasso, mas se verificar alguns vestígios do passado, é perceptível que não se trata da mesma Festa Popular, ou seja, a proteção do bem foi concomitante com o repasse de recursos que tem o objetivo de incentivar e dar suporte aos detentores do saber, mas por outro lado, estes se tornam dependentes, distanciando dos contatos dos próprios integrantes que faziam a Festa acontecer, uniam-se para organizar o evento e apresentar o terno à população. Os recursos financeiros afastam o apoio popular, a ajuda mútua entre os integrantes e os detentores do saber, para dar lugar aos especialistas, profissionais e técnicos. O profissionalismo transforma, levando à divulgação da Festa para toda a região, o que coopera para atrair número maior de turistas, que contribuem para movimentar a economia local. O que era pequena e popular passa a ser grande e profissional, contudo, sem deixar de ser um Patrimônio e representar a identidade do lugar.

Um dos pontos positivos da proteção é a divulgação na região, pois cresce a cada ano o número de turistas, que movimenta a cidade com o intuito de acompanhar e prestigiar o evento. De acordo com os relatos, nos últimos anos também tem aumentado o quantitativo de integrantes dos ternos de Congo e Moçambique, deixando a Festa maior e mais bonita. Este número de integrantes é composto não só por turistas, como pela própria população que considera a Festa mais organizada e acaba se unindo a um terno. Esta é a via de mão dupla, com lados positivos e negativos.

---

<sup>6</sup> Arquibancadas para o público, palanque para as autoridades, reis, rainhas e princesas, energia elétrica, decoração da passarela, fogos de artifícios, instalação de sanitários químicos, contratação de locutores, instalação de equipamentos de som, iluminação, cronômetro, grades de isolamento, compra de troféus, confecção de folders, crachás, equipe de apoio, oferecimento de ambulância de plantão no local durante os desfiles noturnos e organização de seguranças.

**Figura 1.** Desfile noturno de um terno de Moçambique.



**Fonte:** Arquivo Prefeitura de São Sebastião do Paraíso-MG. Dez/2019

**Figura 2.** Desfile noturno de um terno de Moçambique. Detalhe: Sincretismo religioso.



**Fonte:** Arquivo Prefeitura de São Sebastião do Paraíso-MG. Dez/2019

**Figura 3.** Desfile noturno de um terno de Congo.



**Fonte:** Arquivo Prefeitura de São Sebastião do Paraíso-MG. Dez/2019

Figura 4. Desfile noturno de um terno de Congo.



Fonte: Arquivo Prefeitura de São Sebastião do Paraíso-MG. Dez/2019

### A festa popular de Santos Reis

A Festa de Santos Reis também acontece no término do ano civil, envolvendo o ciclo do Natal – Ano Novo – Dia de Reis, em diversos espaços do município, chegando em 2019 ao quantitativo de 20 festejos independentes<sup>7</sup>, de acordo com dados da Prefeitura Municipal, porém ao contrário da Festa da Congada e Moçambique que é urbana, esta é predominantemente do campo. As festividades compreendem o período de 24 de dezembro a 06 de janeiro, sendo esta última data consagrada, na cultura popular, ao dia de Santos Reis.

A Festa é composta por rituais específicos que são desenvolvidos por um grupo de pessoas que formam a “Companhia de Reis”<sup>8</sup>. Esta é constituída em média por 15 pessoas, entre homens e mulheres, adultos, jovens e/ou crianças, que saem em peregrinação visitando as casas dos devotos entoando cânticos e orações, com vistas à proteção e bênçãos. O grande símbolo do grupo é a Bandeira de Santos Reis, uma vez que ela é a representação dos Magos em adoração ao Menino Jesus, juntamente com a figura de Nossa Senhora, São José e a estrela-guia, sendo todos estes os personagens principais, tanto do Natal, quanto da Epifania. Com a Bandeira dos Três Reis,

[...] a folia se reveste de um caráter sagrado, são os representantes dos Reis Magos visitando os devotos, havendo um ritual especial de visitas e reverencia nas casas onde há presépios. Na cantoria os versos giram em torno destes temas: anunciação, nascimento, estrela-guia, Reis Magos, adoração ofertório, agradecimento e despedida [...] (ARAÚJO, 1977, p. 23).

A Bandeira é vista como um manto sagrado e os devotos desenvolvem rituais como beijar e passar o estandarte sobre a cabeça, visando uma proteção dos Magos. Esse ritual pode ser comparado com a situação que Marc Bloch abordou em seu livro *Os Reis Taumaturgos*, uma vez que o povo enxergava, primeiramente, nos reis da França e Inglaterra o poder da cura, sendo assim o enfermo acreditava que se o Rei tocasse em sua ferida ou simplesmente em seu

7 São independentes porque estão vinculadas ao próprio espaço que acontecem e contam com o apoio e suporte dos próprios sujeitos integrantes do espaço, não estando vinculados a nenhum outro órgão.

8 Esta expressão é utilizada com frequência pelos devotos, ao contrário da expressão “Folia de Reis”, pois no parecer dos integrantes “Folia” remete um sentido de bagunça, comparando-a com o Carnaval, em contraposição os integrantes se autodenominam foliões.



corpo a doença seria curada. Nas palavras do próprio autor: “[...] considera-se que o fluído curativo seja capaz de transferir-se da régia mão para uma coisa que essa mão tocou. Em torno do núcleo primitivo formado pelo rito oficial, não podia deixar de pulular todo um folclore” (BLOCH, 1993, p. 93). Esse exemplo pode ser fielmente comparado com a Bandeira de Santos Reis, haja vista que os devotos a veem como um símbolo de cura.

A Bandeira concentra-se na frente do grupo, e atrás dela ficam os foliões portando um instrumento musical, sendo estes: viola, violão, acordeon, pandeiro, caixa, cavaquinho, algumas usam ainda o violino, chocalho, gaita etc. Tendo todos os paramentos, as funções das pessoas seguem uma ordem hierárquica, sendo organizados em 2 filas, uma posicionada na frente da outra. Um dos destaques é a figura do “Embaixador”, pessoa responsável pelos versos a serem cantados. Segundo CALAFIORI (1993) “é aquele que conhece a fundo todos os meandros desta tradição. Tem que ter boa memória e saber recitar, de cór, centenas de versos que relatem o nascimento do Menino Jesus” (p. 17), a viagem dos Reis Magos até sua chegada onde se encontrara o recém-nascido e a viagem de retorno a seus países. O embaixador canta em primeira voz, os demais foliões cantam em sintonia e com entonações diferentes repetindo o verso proclamado por ele. Um personagem que também se destaca é o “Palhaço”, também conhecido como alferes (sujeito que se veste com roupas diferentes, com o rosto coberto por uma máscara) que geralmente são em número de dois.

O lado da imaterialidade dos palhaços está na representação profana do evento, representada pelas máscaras e roupas que se destacam, chamando a atenção do público para brincadeiras e danças ritmadas. Com isso, o riso é inserido no evento religioso. Vale ressaltar que o riso não era bem visto na Idade Média, sendo excluído de todas as ações oficiais, que exigiam um tom de seriedade, representativo do medo, da restrição e da intimidação. A Igreja, como dominante nesse período, também vai condenar o riso, considerando-o como sinônimo da influência do diabo, do que podemos inferir que sua existência pressupunha que os sentimentos e ideias relacionadas ao medo haviam sido dominados. O povo saía à rua com máscaras, dançando, embriagado, farto pelos excessos de comida, vivendo o oposto de seu dia a dia, tratava-se de uma ruptura entre dois mundos.

A Igreja Católica permitia oficialmente o riso, durante os rituais litúrgicos, em apenas dois momentos: na celebração da Páscoa e no Natal. A primeira acontecia durante os sermões e referia-se à vida material e corporal, após um longo período de quarenta dias de jejum e penitência, era o renascer para Cristo. Já o riso de Natal era apropriado para os momentos dos cânticos, sendo todas as canções alegres, a fim de celebrar o nascimento de Jesus. O clero ofertava, em seguida, grandes banquetes como agradecimento aos protetores e doadores sepultados na Igreja.

O riso significou uma quebra no mundo sério e sofrido vivido pelo povo, que passou a enxergar as belezas da vida nova e futura, através da alegria. Ele era a chave da vida carnavalesca em oposição à vida oficial, uma vez que apenas esses dois tipos de vivência poderiam ser desfrutados pelos homens medievais. Esse sentido do riso permaneceu na cultura popular dando continuidade com novos significados e adaptações.

No decorrer das festas do riso, alguns personagens e vestimentas eram considerados obrigatórios, por conter um sentido cômico se comparados aos cargos hierárquicos da época, como reis, rainhas, bispos, padres e papa. Todos esses personagens eram representados na festa por pessoas comuns com intuito de zombar das autoridades oficiais.

Um dos elementos obrigatórios da festa popular era a fantasia, isto é, a renovação das vestimentas e da personagem social. Outro elemento de grande importância era a permutação do superior e do inferior hierárquico: o bufão era sagrado rei; [...] eram numerosas as festas nas quais se elegiam obrigatoriamente reis e rainhas efêmeros (por um dia), por exemplo o dia da festa de Reis ou de São Valentim. A eleição desses “reis para rir” era particularmente difundida na França onde quase toda festividade tinha seu rei e sua rainha [...] (BAKHITIN, 2010, p. 70).

Aproximando esta situação medieval levantada por Bakhtin a fim de analisar os palhaços das Festas de Reis, podemos compreendê-los como objeto do riso durante a manifestação religiosa, que deve se apresentar em ocasiões oportunas, não podendo fazer “graça” durante os momentos voltados para a fé. No entanto, quando a situação permite, esses palhaços fazem brincadeiras e satirizam as pessoas consideradas importantes na comunidade (elite) e, com isso, o momento se torna cômico e os que foram ridicularizados não levam a sério, participando da brincadeira.

A Festa de Reis também envolve a comunidade por trazer momentos em que o canto se posiciona como porta-voz do sobrenatural, tanto na formulação de versos improvisados como na energia cósmica que abrange o espaço físico, levando diversas pessoas a se emocionarem durante o evento. A Bandeira de Santos Reis representa o elo entre o humano e o divino, pois, ao segurá-la, o devoto pede proteção, saúde, o que envolve a fé na busca de milagres, criando as promessas religiosas, e, mais ainda, os agradecimentos dos pedidos conquistados. O som dos instrumentos musicais, juntamente com a melodia das cantorias e versos rimados envolvem os ouvintes e mesmo quando essa parte é encerrada, a atenção é capturada pelas brincadeiras dos palhaços. Estes, por sua vez, conseguem encantar e assustar ao mesmo tempo, representando o sagrado e o profano, com risos e versos bem preparados no improviso que emocionam os devotos.

A Festa acontece de forma independente, organizado pelos integrantes do bairro e seus familiares, sem a necessidade de infraestrutura e/ou lugar fixo, sendo tudo improvisado e temporário. Esses espaços utilizados para a Festa de Reis são essencialmente residenciais. Por se tratar de um evento que ocorre no campo, o improviso com a infraestrutura acaba sendo mais fácil, tendo em vista que o espaço é ilimitado, isto é, o estacionamento pode ser nas pastagens do gado, nos cafezais, as barracas podem ser montadas no quintal da casa, não sendo necessária a utilização do interior das residências, pois os fogões à lenha (fornalhas) são produzidos provisoriamente no próprio quintal, juntamente com a mesa e bancos montados com tábuas. A cultura popular é livre, não está ligada a instituições e pode ser concretizada em qualquer local que a comunidade aceite e/ou identificar.

A oralidade tem um papel fundamental na Festa de Reis. As músicas e os versos são passados para as novas gerações através das “linhas” (poemas com uma história específica, por exemplo, linha da estrela – os versos se baseiam somente em torno da estrela guia – linha do presépio – os versos destacam as figuras representadas no presépio). Essas “linhas” são transmitidas através da oralidade para os embaixadores e palhaços, por serem estes que as reproduzem; os demais somente ouvem ou repetem o que foi pronunciado (no caso dos cantadores). Tendo em vista que a Companhia de Reis realiza um trajeto durante a Festa, visitando um grande número de casas, os versos e as toadas acabam sendo repetidos em determinados momentos, logo os foliões interessados os decoram somente ao ouvir, não sendo repassados através da escrita. A mesma situação acontece com as práticas envolvendo todos integrantes na Festa, com suas regras transmitidas somente pela oralidade. Isso não significa dizer que os foliões de Reis estão separados das suas conjunturas globais, mas se reúnem na ocasião da Festa para desenvolver sua Cultura Popular, em um momento específico para tal ato e com isso reproduzem o que aprenderam com seus antepassados, respeitando o tradicional e ao mesmo tempo adicionando novos aspectos da contemporaneidade.

No decorrer da semana na qual se iniciam os festejos, os vizinhos ajudam o “festeiro” (família e/ou pessoa, responsável por organizar a festa naquele ano) a preparar as carnes que serão servidas no almoço, isto é, abatem o gado, os porcos e os frangos. Na madrugada, do primeiro dia, as cozinheiras do próprio lugar se organizam para iniciar o almoço que será servido geralmente às 12:00 horas. A quantidade de comida é idealizada pelo festeiro, de acordo com o número de convidados, mas em média calcula-se que seja preparada para 500 pessoas. Lembrando que todos os alimentos ofertados na Festa são gratuitos.

Nota-se um envolvimento não só do grupo social como também de diversas pessoas que saem da sua rotina para festejar com as famílias. Esta festa popular consegue reunir diversas pessoas para o mesmo objetivo, por isso verifica-se uma identidade cultural entre a comunidade e a Festa de Reis. Durante a peregrinação nas casas, as famílias que recebem o

grupo e os visitantes, oferecem lanches, almoços, cafés, com o intuito de agradecimento pela visita, ato de recepção e carinho com os foliões/devotos. Em caso de aglomeração de pessoas as famílias ficam receosas se irá faltar algum prato, caso isso aconteça, a tristeza e a decepção contagiam o espaço, sendo os próprios vizinhos os consoladores. Vale ressaltar que, tudo o que é oferecido é gratuito e nenhum devoto é obrigado a doar qualquer coisa, entretanto a Companhia pede algum donativo para confraternizar no último dia da festa, com todos os presentes. A família decide o que irá doar aos foliões, geralmente doam pequenas quantias em dinheiro ou as chamadas ofertas vivas (frangos, bezerros, leitoas, etc.). Tudo o que é arrecado reúne-se para a realização do encerramento da Festa, sendo oferecido gratuitamente a todos, podendo ser um almoço, jantar, lanches ou doces.

Por não ser um Patrimônio Cultural reconhecido legalmente, os detentores do saber não podem contar com recursos financeiros públicos, devendo autofinanciar seus gastos com a ajuda dos integrantes e população devota, ato que aproxima os sujeitos históricos e contagia o público presente, dando aparência de um grupo de amigos em confraternização, em que cada pessoa ajuda da forma que puder, sem distinção. Por outro lado, tudo que a Festa produz é direcionado para os próprios sujeitos que a idealizou e contribuiu para sua efetivação, não sendo cobrado nenhum tipo de ingresso ou taxa para adentrar ao recinto festivo. Portanto, a presença de turistas não é bem vista pelos organizadores, haja vista que não tem como controlar o número de pessoas, visando à preparação dos alimentos e espaço físico que comporte a todos. Como a Festa acontece no mesmo bairro todos os anos, os idealizadores já têm em mente a quantidade possível de devotos que irão participar, preparando os alimentos e bebidas que deem para partilhar com todos.

Com o crescente êxodo rural no município, acaba diminuindo o número de foliões e casas a serem visitadas, entretanto a saída encontrada é a visita aos antigos moradores em suas novas residências na cidade, dando movimento e novas configurações à cultura popular.

O maior desafio enfrentado pela Festa de Santos Reis é a transmissão dos saberes aos mais jovens, que muitas vezes não se interessam pela cultura popular dos pais. Não existe uma oficina ou outra forma de transmissão que reúna os interessados para aprendizagem, devendo cada um procurar os seus meios metodológicos. São raras as fontes escritas que trazem os versos populares da Festa, devendo aprender através da oralidade.

Neste caso, o Plano de Salvaguarda faz muita falta, deixando perder diversos conhecimentos populares, costumes e tradição do município. Durante a pesquisa de campo, em conversa com os foliões e devotos, foram levantadas algumas preocupações, que são fundamentais para inserir em um futuro Plano, tais como:

- a) transmissão de saberes e rituais aos mais jovens, que muitas vezes não compreendem o motivo de tais atitudes serem tomadas durante a Festa;
- b) promover aulas para ensinar os jovens e crianças a tocar os instrumentos musicais utilizados na Festa, principalmente a sanfona e a caixa;
- c) fomentar ensaios técnicos visando ao aprendizado de jovens e crianças a respeito do canto em cada posição;
- d) produzir documentos audiovisuais buscando salvaguardar os versos, ritmos, melodias, danças, vestimentas e protagonistas das Festas de Reis, para serem consultados e visualizados pela comunidade e futuras gerações;
- e) fomentar oficinas de artesanato visando à confecção de máscaras de palhaços, incentivando os jovens e crianças a participar ativamente dos festejos;
- f) oficinas para confecção de alguns instrumentos comuns tais como: caixa, pandeiro e chocalho;
- g) publicar os cânticos, versos, toadas (cifras), rimas básicas, disponibilizando esse material para consulta e aprendizagem de novos foliões e palhaços;
- h) adquirir novos instrumentos musicais, para serem utilizados pelos jovens e crianças que queiram aprender a tocar, tanto nas oficinas, quanto durante a peregrinação;

Os maiores desafios identificados pelos detentores do saber em relação à Festa de Reis, independente de proteção jurídica, são:

- a) Transmissão de saberes. A maioria dos foliões pertence à faixa etária idosa ou saindo

da adulta. Logo, o incentivo às crianças e jovens se faz necessário.

b) Instrumentistas. Dentre os instrumentos musicais utilizados no local, a sanfona é o único que preocupa os detentores, haja vista que os sanfoneiros estão escassos. Na região, a sanfona tem um papel muito importante na sonoridade da Festa de Reis, juntamente com a caixa.

c) Catolicismo popular. A permanência do catolicismo popular contribui para a continuidade dessa manifestação, tendo em vista a expansão da diversidade religiosa.

Estes são alguns dos desafios enfrentados a cada recriação, pela cultura popular, que permanece viva na memória dos mais velhos e luta para permanecer ativa no envolvimento dos mais jovens. A cultura popular não consegue se sustentar se não for incentivada, apoiada, vivida, mas o principal de tudo é a identidade cultural que ela consegue preservar na alma dos sujeitos históricos. Enquanto tiver identidade, viva permanecerá.

**Figura 5.** Devota beijando a Bandeira. São Sebastião do Paraíso-MG.



**Fonte:** Arquivo do autor. Jan/2020.

**Figura 6.** Grupo da Companhia de Reis do bairro rural Barreiro e Água Limpa. São Sebastião do Paraíso-MG.



**Fonte:** Arquivo do autor. Jan/2019.

Figura 7: Participação de mulheres e jovens. São Sebastião do Paraíso-MG.



Fonte: Arquivo do autor. Jan/2019.

Figura 8: Formação da Companhia de Reis. São Sebastião do Paraíso-MG.



Fonte: Arquivo do autor. Jan/2019.

### Considerações Finais

Os bens culturais imateriais estão ligados diretamente a seus grupos sociais. Se a comunidade não recriar suas formas de expressão, saberes, celebrações e lugares, o bem imaterial não tem continuidade. A sua preservação está vinculada a transmissão do saber de pais para filhos, e/ou de pessoas experientes para as menos experientes, envolvendo em grande escala a participação de jovens e crianças. Geralmente os mestres do saber são sujeitos históricos comuns, muitos deles analfabetos que aprenderam a técnica através da prática e oralidade, por isso a transmissão se torna ainda mais complicada. Para conseguir diminuir a perda de conhecimento pode-se utilizar a metodologia da História Oral como ferramenta para salvaguardar a cultura. Na maioria dos casos, o que se vê é à força de vontade dos aprendizes em buscar esse conhecimento com seus mestres de forma individualizada. O instrumento jurídico que consegue salvaguardar esses bens e acautelar seu esquecimento é o Registro.

São diversos os motivos pelos quais as Culturas Populares deixam de existir em determinadas localidades, tais como: a) as transformações ocorridas durante a execução, que levam à perda de identidade pelos grupos sociais; b) a saída ou morte dos detentores do saber que fazem a Festa acontecer; c) a falta de pessoas para participar ativamente dos eventos, entre outros. Todo bem imaterial corre esse risco, por esse motivo é fundamental a utilização da ferramenta jurídica Registro para a sua preservação e proteção. Formular o Plano de Salvaguarda coerente é de suma importância, pois o pesquisador tem que ter pleno domínio da questão para não planejar algo fora das conjunturas do grupo social, para isso tem que ouvir os detentores do saber e sujeitos históricos ligados à Cultura.

Os pontos negativos do Registro são bem menores que os positivos, conforme pode ser visto nas análises das Festas em questão. A partir dessas conjunturas é que o município de São Sebastião do Paraíso se concretiza, pois tem uma grande diversidade cultural que está diretamente ligada a sua comunidade que a mantém ativa, identificando-as e dando o valor necessário, pois são elevadas a objeto de pesquisa, conquistando novos espaços. O povo comum desfruta o papel de protagonista da história, sendo analisado enquanto sujeito histórico funcional, independente de ser letrado ou não. A partir daí tudo aquilo que vem do povo se torna fonte de análise, cada qual com seus questionamentos. Os costumes, práticas, representações e lutas são verificados com atenção pelos historiadores, que buscam desvendar esse povo a partir das perguntas formuladas no seu próprio tempo. O tempo presente vai observando o tempo passado numa densa comunicação.

Enfim, o Patrimônio Imaterial enfrenta diversos desafios para permanecer vivo, sendo ele protegido ou não, mas mesmo assim a proteção é uma ferramenta eficaz de preservação da cultura popular brasileira.

## Referências

- ARAÚJO, A. M. **Cultura popular brasileira**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- BAKHTIN, M. M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BLOCH, M. L. B. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BURKE, P. **A Escrita da História – novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p.7-62.
- \_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CALAFIORI, L. F. **Manual de Folia de Reis**. São Paulo: Resenha, 1993.
- CASCUDO, L. C. **Literatura oral no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2006.
- JANCSO, I.; KANTOR, I. **Festa cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Edusp, 2001. v. I-II
- OLIVEIRA, L. C. **Cultura e Identidade na Festa de Santos Reis: Patrimônio Imaterial de São Sebastião do Paraíso – Minas Gerais**. 2015. 164f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2015.
- SOUZA, M. M. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa e da coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- BRASIL. Decreto nº25 de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm) Acesso em: 05 abr. 2020.

OLIVEIRA, L. C. **Fotografias diversas**. 2010 – 2020. 1 álbum (350 fot.): color.; digitais.

Recebido em 1º de maio de 2020.

Aceito em 6 de maio de 2020.